

Natália Lampert Batista

Mestranda em Geografia/UFSM e bolsista CAPES
natilbatista3@gmail.com

Elsbeth Léia Spode Becker

Profª Drª do curso de Geografia/Centro Universitário Franciscano
elsbeth.geo@gmail.com

Roberto Cassol

Prof. Dr. do Departamento de Geografia/Universidade Federal de Santa Maria
rtocassol@gmail.com

Um breve olhar sobre o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o relatório final do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, à luz de aportes teóricos da Educação Ambiental, respondendo à questão: o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente é capaz de conduzir a um pensamento crítico e à emancipação dos indivíduos, gerando a ruptura e a transformação da educação tradicional? Analisou-se a política, destacando-se trechos da mesma e discutindo-os. A partir das análises empreendidas, acredita-se que o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente necessita aprofundar o debate sobre os saberes ambientais, ouvir as vozes das comunidades e considerar sua diversidade epistemológica, para romper as fronteiras do conhecimento e ultrapassar os limites do conhecimento disciplinar. Concluiu-se que, assim como se apresenta, o atual Programa não é capaz de conduzir a um pensamento crítico e à emancipação dos indivíduos.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Transformação, Manutenção Social.

Abstract

A BRIEF LOOK AT THE NATIONAL YOUTH PROGRAM AND ENVIRONMENT

This paper aims to analyze the final report of the National Programme for Youth and Environment, through the theoretical contributions of Environmental Education, answering the question: the National Programme for Youth and Environment can

lead to critical thinking and emancipation of individuals, leading to rupture and transformation of the traditional education? We analyzed the policy highlighting sections and discussing it. From this analysis, we considered that the National Programme for Youth and Environment needs to deepen the debate about the environmental knowledge, hear the communities' voices and consider it epistemological diversity, for then to break the boundaries of knowledge and exceed the limits of disciplinary knowledge. We concluded that, as the program is now, it is not able to lead to critical thinking and emancipation of individuals.

Key-words: Environmental Education, Transformation, Social Maintenance.

1. Contextualização Inicial

Os recursos naturais disponíveis no Planeta Terra estão sendo amplamente explorados pelo homem, sem se levar em consideração a sua exaustão nem os impactos produzidos ao meio ambiente. Emerge a necessidade de um novo paradigma e um novo conhecimento, embasado nos saberes ambientais, desacomodando os atuais paradigmas do conhecimento disciplinar e desafiando para o conhecimento integrado e complexo.

Os saberes ambientais requerem o diálogo sistemático com todas as ciências, imprescindíveis na compreensão das consequências ecológicas das ações humanas. Assim, é importante participar, com leitura atenta e análise compartilhada, de documentos e programas de governo ou da sociedade civil que visem à mudança de pensamento e de cultura por meio da Educação Ambiental.

O atual contexto é marcado por profundas crises (sócio)ambientais. O homem distanciou-se da natureza e do próprio homem (que é parte da natureza), passando a comprometer o equilíbrio dos ecossistemas e de sua própria vida. O sistema dominante mostra-se, cada vez mais, predatório e destruidor. O dinheiro e o poder passam a ser considerados prioritários, perdendo-se a noção sistêmica e desvalorizando-se a ética.

Novo (2007) aponta que a crise ambiental é, na verdade, uma crise de pensamento, na qual os ideais da modernidade, aplicados ao sistema dominante, comprometem a visão holística do ambiente, fragmentam a realidade e conduzem a um processo de contínua exploração e destruição da vida.

Nesta perspectiva, o racionalismo científico (e econômico) permitiu a fragmentação dos saberes, especializando-os e reduzindo a capacidade de compreensão do todo, das inter-relações e da organização do espaço. Também se instaurou a divisão corpo e alma, sociedade e natureza, razão e emoção, o que levou o homem a uma visão de superioridade sobre os demais *seres* e, conseqüentemente, à introdução da degradação ambiental e da injustiça social, pois o *indivíduo* passa a ser considerado o elemento mais importante do contexto no qual está inserido, esquecendo-se do cuidado com o ambiente.

Segundo Boff (1999, p. 90), “cuidado significa (...) desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. (...) A atitude de cuidado pode provocar preocupação, inquietação e sentido de responsabilidade”, isto é, cuidar significa envolver-se com aquilo que se cuida e saber que não há supremacia entre um ser e outro, entre um ser e o ambiente. As relações devem ser de igualdade e de respeito, a fim de manter o equilíbrio e a equidade ambiental.

Para Junges (2010, p. 71),

A tecnologia teve um crescente desenvolvimento, motivado pela ideologia do progresso, sem atender às suas repercussões sobre o ambiente. (...) Aconteceu concomitantemente uma nítida separação entre ciências naturais e humanas, entre matéria e espírito, entre ciência e fé, entre economia e ética, entre indivíduo e sociedade, dificultando uma reação crítica. Essa separação corresponde ao processo de especialização e posituação do conhecimento científico.

Dessa maneira, o aprofundamento do saber se dá verticalmente, o que acaba comprometendo a visão do todo, bem como intensificando a crise ambiental, que não significa apenas o surgimento de problemas, mas a exigência de novas formas de ver e intervir no mundo.

Junges (2010) menciona que a resposta para a crise ambiental vigente não está apenas em procurar solucionar as conseqüências legais do uso de uma técnica invasiva dos equilíbrios homeostáticos da natureza. Parece imprescindível uma mutação cultural capaz de superar a visão simplista da modernidade. Trata-se da passagem de um reducionismo científico-metodológico, que fragmenta a natureza para estudá-la e conhecê-la, a uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no ambiente.

Esse discurso adquire força ao longo das últimas décadas do século XX e continua nas décadas precursoras do século XXI, percebendo-se

iniciativas de inserção das abordagens ditas transdisciplinares que caminham em sentido contrário à trajetória percorrida pelas especificidades disciplinares.

A Educação Ambiental surge com a possibilidade de um novo olhar sobre o mundo e, conseqüentemente, como uma poderosa arma contra os desmandos do sistema e a crise ambiental. Pode ser definida como “a ação educativa permanente pela qual a comunidade toma consciência da realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados dessas relações e das suas causas profundas” (TEITELBAUM, 1978 apud GAUDIANO, 2005, p. 34).

No entanto, as abordagens integradas e complexas que a ação educativa ambiental necessita padecem de um investimento teórico mais consistente, assim como de experiências mais ricas originárias da vida cotidiana, que possam incorporar, progressivamente, as “vozes dos países” do Sul, como alternativas ao tratamento hegemônico.

Diante da crise profunda e eminente, as fronteiras do conhecimento disciplinar estão esvaziadas do saber e dos sujeitos que saibam lidar com a visão sistêmica e a interpretação complexa dos fatos da natureza e da sociedade. Vive-se o crepúsculo de uma existência cartesiana e racional e procura-se a abertura para o alvorecer de um novo pensamento e uma nova humanidade. Busca-se um novo conhecimento que carrega consigo o saber e a abertura ao saber do outro. A fronteira dos saberes surge como um desafio a enfrentar.

A temática ambiental mostra-se como um exercício indispensável às descobertas de novas passagens e de novos encontros, fortalecendo o desejável e imprescindível trânsito dos sujeitos do conhecimento.

A partir dessas considerações iniciais, este trabalho objetiva analisar o relatório final do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, à luz de aportes teóricos da Educação Ambiental, respondendo à questão: o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente é capaz de conduzir a um pensamento crítico e à emancipação dos indivíduos, gerando a ruptura e a transformação da educação tradicional (pautada na memorização de conteúdos)? Assim, analisou-se o teor e a política deste Programa, destacando-se trechos, analisando-os e discutindo-os, no sentido de compartilhar percepções e saberes.

2. Análise do relatório final do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente

O relatório final do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente é um documento organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, composto de 73 páginas e finalizado em 19 de junho de 2013.

Inicialmente, destaca-se no documento o grande número de jovens no Planeta Terra, no final de outubro de 2011, “a maior geração jovem já registrada na história do planeta que se prepara para passar à idade adulta em um mundo cada vez mais desigual e competitivo” (BRASIL, 2013).

Esse panorama de competitividade e desigualdade é fruto do sistema dominante que necessita de um desenvolvimento desigual e combinado para existir. A complementaridade produtiva no espaço geográfico é a base do sistema contemporâneo, no qual a produção passa a ser menos importante que a circulação, pois se pode facilmente buscar mercadorias em diversos locais. Isso transfere a importância das regiões produtoras de matérias-primas, por exemplo, para as regiões centrais, possibilitando que os centros financeiros comandem o mundo e favoreçam a ampliação da desigualdade.

Percebe-se a urgência da abordagem social no contexto das questões ambientais, pois, ao mesmo tempo em que há um número cada vez maior de excluídos do sistema, e de jovens competindo por espaço no mercado de trabalho, há a degradação cada vez mais acentuada dos recursos naturais, os quais passam a ser vistos apenas como *recursos* e não como elementos integrantes de um sistema complexo, (cada vez mais) ameaçado e do qual o homem também faz parte.

O Programa Governamental analisado traz, ainda, em sua introdução, a temática do aquecimento global e “o reconhecimento da necessidade de integrar as preocupações ambientais às instituições sociais públicas, privadas e ao setor econômico (que) ganhou amplitude, na última década, tanto nacional quanto internacional” (BRASIL, 2013). Porém, o texto é superficial e encontra-se fora do contexto abordado anteriormente: o perfil

do jovem brasileiro. Além disso, essa temática importante não é retomada em nenhum outro momento no relatório.

Destaca, também, que “o esgotamento dos recursos naturais como as florestas, terras agrícolas e bacias hidrográficas, além dos danos decorrentes de poluentes no ar e na água, os padrões atuais de produção e consumo têm impactado de maneira negativa na vida dos jovens de todo o mundo” (BRASIL, 2013). É senso comum que os problemas ambientais (sociais e naturais) geram graves impactos sobre a vida como um todo, desde as questões de saúde mais corriqueiras, devidas a contaminações da água, por exemplo, até graves problemas como o aquecimento global. Porém, a abordagem tecida no texto não explica quais os impactos causados pelos problemas ambientais na vida do jovem e as premissas apresentadas não sustentam a conclusão apresentada.

Posteriormente, traz-se a ideia de que “é notório o papel central da juventude na transformação dos modelos socioambientais. A participação das novas gerações na promoção da sustentabilidade não deve se restringir a um olhar apenas para o futuro” (BRASIL, 2013). A partir deste fragmento, pressupõe-se que a juventude está transformando os modelos socioambientais não apenas pensando no futuro, no entanto, para que ocorra a real transformação dos paradigmas dominantes, é imprescindível o resgate da noção histórica e, ao mesmo tempo, a superação da monocultura do tempo linear.

Conforme Novo (2007, p. 42), deve-se optar pela ecologia das temporalidades onde “*el tiempo circular, el tiempo cíclico... son, entre otras, formas de entender los tempos sociales que se alejan de la imagen de una flecha lanzada por el arquero de um objetivo preciso*”¹.

Por isso, não se deve pensar apenas nas gerações futuras. A problemática ambiental exige um olhar mais amplo, mais consistente e mais sistematizado. Acredita-se que “é necessário aproximar, cada vez mais, os jovens da construção e implementação de políticas públicas, ressaltando todas as suas prioridades e contribuições no debate sobre sustentabilidade” (BRASIL, 2013), desde que o debate seja profundo e não meramente uma máscara para contribuir com a manutenção do sistema e do poder como ele está: envolvido por um discurso verde e de desenvolvimento sustentável

para disfarçar a realidade predatória que o modelo econômico-social traz arraigado em suas raízes.

Junges (2010, p. 86) aponta que:

A modernidade que pretendeu tirar o ser humano da menoridade, dando-lhe autonomia, força e recursos para vencer o determinismo, revelou, ao contrário, a vulnerabilidade interior do ser humano. Em vez de conduzir à maioria auto-confiante e autossuficiente, levou à manifestação da profunda fragilidade e interdependência humana. A acentuação das capacidades humanas de autossuperação e o conseqüente esquecimento da vulnerabilidade expuseram a ferida da indignação.

Assim, de nada adianta a confiança demasiada na tecnologia “salvadora” e a construção de inúmeras políticas paliativas se os problemas ambientais não estão apenas restritos ao meio físico. Eles estão no cotidiano do ser humano, no seu íntimo e na sua miserável qualidade de vida. Morin (2003) acredita que não há salvação possível no sentido que a religiões pregam e no que os próprios discursos atrelados à tecnologia prometem. A realidade é incerta, é complexa e é imprevisível. A confiança demasiada na salvação, tanto espiritual como terrena, é uma ilusão que pode conduzir a desastres.

Portanto, a introdução do relatório final do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente menciona inúmeros problemas ambientais e sociais, mas não os relaciona com o mundo vivido. Logo, a abordagem é superficial e descontextualizada, o que acaba não contribuindo nem demonstrando a realidade, isto é, pincelam-se alguns dados sem articulá-los de forma consistente à problemática ambiental, complexa e diversificada. Além disso, muitos dos elementos citados não aparecem no decorrer de seu desenvolvimento, revelando o distanciamento em relação às concepções apresentadas nos subeixos do documento.

Em sua justificativa, é abordada a questão econômica frente à juventude e ao meio ambiente. Assim, o crescimento econômico e o modelo de desenvolvimento atual fundem-se e complementam-se. Todavia, nesta articulação não há espaço para questões éticas e sociais e a degradação ambiental e social amplia-se frente à fé em um progresso indefinido que a civilização industrial havia prometido (NAREDO, 2010).

O modelo de desenvolvimento atual, caracterizado como predatório, injusto e excludente, conduz ao “desafio de implementar o paradigma da

sustentabilidade que consiste em garantir um desenvolvimento ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável, incorporando questões relativas a ética, política e cultura” (BRASIL, 2013).

Para isso, são necessárias “profundas transformações nos sistemas de gestão e concepção das políticas, visando a estratégias que busquem garantir condições de governabilidade compatíveis com um projeto global de sustentabilidade” (BRASIL, 2013). Contudo, como desenvolver um projeto de sustentabilidade global? E as peculiaridades locais? Conforme Novo (2007), é necessário pensar *glocalmente*, isto é, global e localmente ao mesmo tempo e não escolher apenas uma escala de análise.

A contextualização do documento tem início afirmando que: “O Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente, a partir de 2003, realizaram três edições da Conferência Nacional Infanto-Juvenil que transformaram milhares de escolas de todo País em espaços de mobilização, promovendo o debate entre professores, estudantes e comunidades” (BRASIL, 2003). Promover debates e encontros entre os pares e entre os diferentes não é uma tarefa simples. Pelo contrário, trata-se de um desafiador exercício que não encontra atalhos e cuja premissa principal é escutar as vozes das comunidades, dos lugares onde se dá a existência, onde a vida se desenvolve. Portanto, é necessário fazer emergir a pergunta: Três conferências seriam capazes de produzir tamanha transformação em todo o País? E mais perguntas: A sensibilização das comunidades escolares e a transformação de sua prática não partem de atitudes globais, elas são frutos da realidade e das lutas locais. Quão fantasiosa é esta afirmação? Até que ponto as conferências realmente contribuíram para a discussão nas escolas? Talvez as conferências possam ser a oportunidade de debate de problemas já emergentes e pensados pela comunidade escolar, mas, certamente, não foi o real motivo da busca de mudanças e transformações, se é que essas realmente ocorreram.

Em 2010, ocorreu a difusão da “Conferência Internacional Infanto-juvenil – Vamos Cuidar do Planeta” para 56 países, pelo governo federal, segundo o documento, “formando jovens em todo o mundo” (BRASIL, 2013), mas os problemas e as realidades são díspares. Logo, as experiências compartilhadas podem ajudar a pensar a realidade local, mas não podem ser tomadas como modelo único e definitivo. As questões ambientais

brasileiras devem ser pensadas a partir do contexto brasileiro, por meio de ações que partem de seus problemas e de suas potencialidades. Da mesma forma, os demais países devem adotar políticas ambientais condizentes com suas realidades, para que isso se torne efetivamente interessante e produtivo.

Por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, foi instituída a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), responsável pela articulação e integração de programas e de projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens. “A mesma lei que instituiu a Secretaria Nacional de Juventude criou o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), composto por 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil” (BRASIL, 2013).

Em abril de 2008, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e o tema meio ambiente foi eleito como a 4ª prioridade. “A ação prioritária foi ‘Criar uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente que inclua o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da juventude que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis” (BRASIL, 2013).

Questiona-se: como criar uma política de enfrentamento e de solução para os problemas globais e planetários? Não há uma definição clara quanto ao real objetivo proposto. Além disso, quantos jovens realmente debateram este tema? Será esta a real prioridade da população jovem ou é mais uma decisão direcionada e tomada por poucos?

Percebe-se múltiplas promessas de formação e apoio à conscientização da juventude em nível nacional, porém parece não se pensar a realidade local em conjunto com a global. As abordagens são fragmentadas, assim como o pensamento moderno dominante. A partir disso, não se pode transformar a realidade se não se transformar a forma de pensá-la, passando a compreender o mundo de modo complexo e inter-relacional.

Logo, ao pensar essa transformação, é necessário compreender que, conforme Morin (2003, p. 142), “toda transformação é desorganizadora-reorganizadora”. Logo, não adianta (re)organizar o contexto de discussões

ambientais no país como um todo, sem antes romper com aquelas ideias que fragmentam a realidade e não permitem pensar o glocal.

Na 2ª Conferência Nacional de Juventude,

realizada em dezembro de 2011, merece destaque a Proposta 4 do Eixo 2: 'Fortalecer a Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente e criar o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, intersectorializado e institucionalizado no PPA (Plano Plurianual), na LOA (Lei de Orçamento Anual), na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), bem como a Agenda 21 da Juventude, de modo a fortalecer os movimentos juvenis e a Agenda 21 brasileira no enfrentamento das graves crises ambientais, com a participação da juventude nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, sustentada por pesquisas periódicas' (BRASIL, 2013).

Ou seja, na segunda conferência se busca novamente criar o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, bem como a Agenda 21 pautada em práticas globais. Logo, a primeira conferência não obteve resultado prático, pois seu objetivo era exatamente o mesmo, apenas redigido de forma minimamente diferente.

Os debates das conferências teriam originado os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, "grupos informais de jovens e organizações juvenis existentes em todos os estados e diversos municípios brasileiros que se articulam em Rede mobilizados em torno da temática socioambiental" (BRASIL, 2013).

O Grupo de Trabalho Interministerial Juventude e Meio Ambiente foi criado em 2012, tendo

como princípios orientadores a participação juvenil em todas as suas etapas e atividades; o respeito às diferentes formas organizativas juvenis; e o diálogo, cooperação e colaboração intergeracional na condução de suas atividades, cujos objetivos foram definir as bases conceituais e metodológicas e planejar a criação da Política e do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente (BRASIL, 2013).

Se se pretende que ocorra a real participação da juventude no debate da temática, deve-se proporcionar uma efetiva formação em Educação Ambiental, pautada em práticas locais e globais e não em discursos meramente vazios e voltados à manutenção da sociedade.

Neste sentido, o real contexto de surgimento do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente não é a série de eventos que aconteceram no País nas últimas décadas e sim as reivindicações e lutas por soluções de problemas do dia a dia da população. Portanto, a história não é feita apenas por personagens históricos e por grandes eventos que debatem

as mesmas temáticas, sob os mesmos pontos de vista, mas também pela população que transforma o meio onde vive diariamente.

Para contextualizar a política não é preciso citar (e apenas citar, como foi feito) inúmeros eventos nacionais, mas é extremamente necessário compreender profundamente o modo como o Brasil se apresenta. É preciso ler o espaço brasileiro identificando o que realmente é necessário pensar, desorganizando os pensamentos que não servem mais, para (re)organizar uma nova sociedade, justa, ética e mais condizente com os reais objetivos da Educação Ambiental, isto é, ideais de cidadania e democracia.

O objetivo geral proposto pelo Programa é

elaborar, articular, executar e fortalecer ações governamentais e não governamentais de juventude e meio ambiente, visando a garantir os direitos da juventude brasileira em sua diversidade, como segmento estratégico no processo de construção e consolidação de sociedades sustentáveis e garantindo as condições para o enfrentamento à crise socioambiental, que atinge desigualmente os diversos grupos sociais (BRASIL, 2013).

Primeiramente, pensar ações (não) governamentais que visem a garantir os direitos da juventude brasileira em sua diversidade é extremamente complexo, pois é preciso trabalhar com uma gama imensa de realidades. Se as políticas atuais não dão conta nem mesmo de garantir os direitos gerais da população, como irão garantir os direitos de todas as minorias?

Nesse sentido, no contexto da modernidade líquida, Bauman (2001) aborda que a sociedade global busca, na liberdade consumidora frugal, o sentido da existência e que esta “liberdade” proporciona aos indivíduos líquidos a busca frenética por identidade. A modernidade torna-se cada vez mais individualizada e privatizada e o espaço público cada vez mais esvaziado de suas funções. Os próprios indivíduos ficam cada vez mais sujeitos a darem uma solução biográfica para problemas que remetem à amplitude maior do tecido social, isto é, generaliza-se a realidade, que é complexa, de modo que a mudança se torna superficial, subjetiva ou mesmo inexistente.

Essa fluidez não deixa margem para a construção de uma vida coletiva e tampouco é identificada com as coisas do lugar. Acaba-se por dar respostas superficiais e simples a questões complexas e coletivas.

Para enfrentar a crise socioambiental, que atinge desigualmente os diversos grupos sociais, seria ideal que os grupos pensassem a partir de sua realidade em vez de desenvolverem políticas e ações nacionais e homogêneas que nivelam a população a partir de uma média, muitas vezes mascarada.

O objetivo, assim, torna-se muito abrangente e, ao mesmo tempo em que pretende compreender a sociedade em suas peculiaridades, também a define como uma sociedade em que todos enfrentam uma única crise. Porém, assim como a sociedade, a crise (sócio)ambiental é diversa e afeta as populações de modo distinto, portanto não é uma única crise a ser enfrentada, muito menos com soluções generalizantes e homogêneas.

O Brasil possui característica múltipla; portanto, nenhuma ação pensada nacionalmente dará conta de toda a realidade do País, basta pensar: uma comunidade ribeirinha da Amazônia, que reúne seus Coletivos Jovens para debater a questão ambiental, terá a mesma prioridade que uma comunidade paulistana? Ou, ainda, uma comunidade no sertão nordestino, onde não há sequer transporte escolar nem escola, irá pensar os problemas ambientais do mesmo modo que uma comunidade porto-alegrense?

Portanto, as políticas em nível nacional podem até contribuir de algum modo para a conscientização ou a sensibilização ambiental e para o enfrentamento de crises ambientais, mas elas são modelos que não necessariamente poderão ser aplicados nos diversos contextos do País.

Já os 25 objetivos específicos propostos pelo Programa buscam atender a múltiplos olhares, muitos deles antagônicos e conflitantes, tornando-os (parcialmente) ineficientes e paliativos. A seguir, analisar-se-ão os objetivos um a um.

O primeiro objetivo específico postula que é preciso: “incentivar e promover estudos, pesquisas e extensão nos institutos federais e universidades sobre juventude e meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2013). Logo, ele aponta para a ideia de subsidiar a produção acadêmica voltada à temática ambiental; porém, não basta incentivá-la se o produto final é meramente quantitativo. Não são necessários inúmeros artigos e textos defendendo que é preciso cuidar do ambiente; isso já faz parte do cotidiano.

A grande questão é discutir a situação ambiental com qualidade, apontando suas reais causas e consequências, isto é, entendê-la em sua essência. Além disso, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, Moreira (2002, p. 51) aponta que:

Existem algumas ressalvas com relação ao desenvolvimento sustentável, tendo em vista que os princípios básicos que orientam o processo produtivo da sociedade fundamentam-se no liberalismo econômico em que se prioriza a concentração de capital por parte de algumas pessoas e a exclusão de outras. Por outro lado, precisa-se de um espaço de discussão e construção da cidadania.

Desse modo, questiona-se: até que ponto essa produção de pesquisa e de extensão defendida pelo Programa está, realmente, preocupada com a construção de conhecimentos vinculados com a realidade?

O segundo e o terceiro objetivos específicos seguem a mesma linha do primeiro: “apoiar a produção acadêmica da juventude para as temáticas ambientais” e “estimular e promover processos sustentáveis de produção e práticas de consumo consciente e sustentável” (BRASIL, 2013).

Posteriormente, traz-se a ideia de “valorizar, disseminar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais com o apoio de políticas públicas específicas para os jovens dessas populações” (BRASIL, 2013). Isso é muito interessante, pois no momento em que se estimula a valorização do saber e das potencialidades do local, conduz-se à geração de identidade e à construção da noção de pertencimento, permitindo a valorização e o cuidado com o espaço local. Todavia, sua disseminação como verdade única acaba por conduzir ao mesmo erro do uso exacerbado de tecnologias, pois tende a homogeneizar um espaço que é heterogêneo.

Por meio do Programa, pretende-se também “promover a formação do jovem e de jovens lideranças para a sustentabilidade socioambiental e apoiar a formação de jovens educadores ambientais” (BRASIL, 2013), bem como “fomentar a produção de materiais de referência e didáticos que articulem o diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais relacionados à temática juventude e ao meio ambiente” (BRASIL, 2013). Assim, percebe-se que a educação é tida como salvadora e a chave para a mudança nos comportamentos “não sustentáveis”, podendo transformar o contexto social. Porém, como uma educação na qual o aluno não é

estimulado a pensar com autonomia crítica e consciente, na qual o conteúdo é “transmitido”, decorado e repetido em uma avaliação posterior, pode transformar a sociedade?

É preciso investir em qualidade educacional, em infraestrutura, em formação e valorização dos profissionais de educação para que realmente ocorra alguma mudança. Pois, pensar que os “valentes” educadores ambientais com materiais didáticos ambientais, muitas vezes extremamente descontextualizados (que abordam assuntos que não têm relação nenhuma com a vivência do aluno), podem transformar o mundo não passa de ingenuidade ou, talvez, transferência de (ir)responsabilidades.

Neste sentido,

O paradigma ecológico veio para superar o paradigma moderno da autonomia humana *solipsista*, da aventura de conquista e de domínio da natureza pela ciência e pela técnica, do uso desmedido e do desfrute imprudente dos recursos naturais, e, por fim, questionar a dicotomia entre o regime da natureza e o regime da sociedade, a perspectiva da ética procedimental e utilitarista (JUNGES, 2010, p. 75).

Assim, o pensar ecológico e sustentável ultrapassa os limites do muro da escola e objetiva transformar o modelo de pensamento dominante. Da mesma maneira, questiona-se o fato de o programa objetivar “estimular e apoiar a produção de conteúdo social, político, cultural e educativo dos jovens e fortalecer processos de educomunicação” (BRASIL, 2013). Como se estimulará o pensar crítico dos jovens se os debates são meramente virtuais? Claro que recursos tecnológicos podem estimular a aprendizagem, porém eles são *ferramentas*, *meios* para se aprender e não podem, em nenhuma hipótese, serem tratados como *fim*. Em se tratando de ambiente, porém, podem se tornar “frios” e não colaborar com o debate nem com a construção de conhecimentos.

Um objetivo interessante é o de “apoiar iniciativas sustentáveis de produção e geração de renda para a juventude por meio da economia popular e solidária, cooperativismo e associativismo” (BRASIL, 2013), pois, quando se pensa o espaço agrário de forma *fabril*, compromete-se a sobrevivência das futuras gerações, já que se pensa apenas na alta produção momentânea, que acaba levando o solo ao esgotamento e, conseqüentemente, reduzindo a produtividade. O que se requer é uma nova abordagem para a agricultura, capaz de conservar os recursos tradicionais locais, ao mesmo tempo em

que se explora conhecimentos e métodos ecológicos modernos, gerando renda para as populações rurais.

Todavia, o Brasil é um país com uma das maiores concentrações de terra do mundo. Como propor essa mudança e incentivar o cooperativismo e o associativismo, se o que predominam são latifúndios, monocultores e agroexportadores? Para isso, é preciso desorganizar e reorganizar completamente o sistema agrário do País. Será que isso realmente irá sair do papel?

Além disso, o Programa visa a “fortalecer as ações de saúde e segurança no trabalho para a juventude” (BRASIL, 2013). Realmente, é preciso pensar as condições de trabalho. Contudo, os textos que fazem parte do processo de constituição das políticas educacionais voltadas à profissionalização e ao emprego muitas vezes não refletem a realidade brasileira em sua totalidade.

Segundo Saldanha (2012, p. 8), “sua historicidade indica que foram produzidos em um determinado contexto sociocultural, envolvendo interesses econômicos articulados a projetos políticos de sociedade e educação defendidos”. Assim, a discussão referente ao emprego pode estar meramente vinculada a interesses capitalistas e não necessariamente à preocupação com a efetiva inserção (com qualidade) dos jovens no mercado de trabalho.

Oliveira (2009 apud SALDANHA, 2012), ao abordar a questão da qualidade na educação e no trabalho, aponta que existem duas abordagens distintas sobre o tema. Uma relacionada à orientação econômico-produtiva através do desenvolvimento de competências para o trabalho, pelo regime de acumulação flexível que não leva realmente em conta os jovens a serem empregados, mas sim as demandas do mercado, e outra que decorre de uma perspectiva histórica e da luta pela ampliação da educação como direito.

Também vale lembrar que a tecnologia, postulada como grande aliada, muitas vezes é, na verdade, uma fonte de eliminação de empregos em um país que necessita trabalho. Como aliar saúde e segurança no trabalho, qualificação, tecnologia, custo de produção e qualidade de vida?

O cenário atual é marcado pelo processo de industrialização e pelo aumento do consumo, gerando, como consequência, o acúmulo de resíduos sólidos provenientes das atividades humanas. Dessa maneira, são crescentes os debates acerca da reciclagem. Assim, o documento analisado

aponta a necessidade de “capacitar para o trabalho com resíduos sólidos, garantindo condições de trabalho decente e permanência na vida escolar, acadêmica e profissionalizante para os jovens catadores” (BRASIL, 2013). Mais uma vez, é notório o papel da escola como “tábua da salvação”. Mas será que a educação, no contexto em que se apresenta, dá conta de tantas soluções? A formação escolar, muitas vezes, não capacita para o trabalho e muito menos para o pensar, mantendo o cenário como ele se apresenta.

O Programa visa, ainda, a “apoiar a implementação da gestão adequada, sustentável e territorial dos resíduos sólidos, de bacias hidrográficas, aquíferos e ecossistemas costeiros e da biodiversidade com a participação da juventude” (BRASIL, 2013).

Todavia, para Jacobi (2003, p. 190), é impossível resolver “os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento”. Não basta incentivar a gestão adequada dos resíduos, é preciso trabalhar com a ideia de redução de consumo para, conseqüentemente, diminuir os resíduos gerados e, assim, minimizar os impactos ambientais.

Os objetivos: “garantir condições de trabalho decente no campo e condições de segurança adequada no manuseio de agrotóxicos” e “fomentar a sustentabilidade socioambiental da agricultura familiar, favorecendo a transição de base agroecológica, a permanência, a mobilidade e a inclusão digital da juventude no meio rural” (BRASIL, 2013) parecem apresentar visões contraditórias, isto é, ao mesmo tempo em que se pensa o uso de agrotóxicos, trabalha-se com a questão agroecológica, ambas ideologicamente opostas e contrastantes.

Na perspectiva ambiental, a agricultura convencional com uso de agrotóxicos está em crise, uma vez que os métodos utilizados são insustentáveis. Segundo Gliessman (2005), as técnicas utilizadas nesse tipo de agricultura permitem o aumento da produção, porém elas acabam por utilizar excessivamente e degradar recursos naturais dos quais depende a produção, pois esta é tratada como um processo industrial, acarretando inúmeros problemas, entre os quais se destacam: o cultivo intensivo do solo; a monocultura; a aplicação de fertilizantes sintéticos; a irrigação

inadequada; o controle químico de pragas e de ervas invasoras; e a manipulação de genomas de plantas, associada à perda de biodiversidade genética.

Junges (2010, p. 16) menciona que

a produção agrícola não está a serviço das necessidades das comunidades, respondendo a interesses econômicos globalizados, movida por *commodities* do agronegócio. Ela produz grãos para exportar e/ou alimentar animais para a produção de carne ou para produzir energia renovável para mover os carros.

Pensar a sustentabilidade a partir dos princípios da agricultura convencional é deturpar o seu significado e agir de modo insustentável mediante um discurso forjado de “desenvolvimento sustentável”.

Posteriormente, o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente aponta que é preciso “inibir e restringir o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas e estimular a participação da juventude nas questões relativas à biossegurança, visando, progressivamente, a alcançar territórios ambientalmente saudáveis” (BRASIL, 2013) e “incentivar a democratização do acesso à terra e às políticas de reforma agrária para a juventude rural” (BRASIL, 2013). Questiona-se: Como é pretendido conciliar o uso “adequado” e a restrição ao uso de agrotóxicos? Percebe-se que os objetivos se contradizem, deixando uma margem de ambiguidade e possibilidades inúmeras para interpretações de acordo com os ideais de quem pretende implementar o Programa, ou seja, não há contextualização nem abordagem sistêmica; existe apenas a enumeração de princípios *ditos* sustentáveis.

Ao propor “fomentar o turismo ecológico e o turismo étnico em base comunitária com a participação da juventude” (BRASIL, 2013), estabelece-se o turismo como uma atividade evidentemente sustentável. Porém, ele também pode acarretar degradação ambiental, bem como tornar mercadorias os modos de vida das populações locais.

O objetivo “estimular a implementação e o uso de energia vinda de fontes renováveis e sustentáveis que não impactem negativamente as comunidades” (BRASIL, 2013), assim como aquele vinculado à agroecologia, pregam a mudança no paradigma de sociedade, porém, não é possível fazer esta reforma sem romper com o modelo de desenvolvimento adotado. Por outro lado, as próprias fontes de energia “limpas” podem estar vinculadas ao sistema e apresentarem-se como insustentáveis em sua origem, sendo apenas legitimadas por um pomposo discurso “verde”.

Além disso, a política trabalha com as ideias de “garantir a participação das juventudes na implementação de políticas de prevenção e mitigação dos desastres naturais e de convivência com os biomas e seus ciclos”, “fomentar a participação da juventude das comunidades diretamente atingidas por empreendimentos em processos de licenciamento ambiental” e “garantir o controle social e a participação qualificada da juventude nos conselhos e colegiados da área ambiental e de gestão territorial” (BRASIL, 2013). Porém, como já mencionado, estariam esses jovens realmente preparados para atuar nestas esferas ou eles apenas reproduziriam o discurso dominante mascarado com um “ideal jovem”? De nada adianta colocar a juventude a pensar as questões ambientais sob um olhar meramente técnico e fragmentado, completamente alinhado com os paradigmas hegemônicos da tecnociência que, de modo paradoxal, apenas dissimula ultrapassagens dos limites das disciplinas.

Por fim, apresentam-se os objetivos de “estimular e fortalecer os movimentos juvenis de meio ambiente e organizações socioambientais” desenvolvidas pela juventude e “apoiar e fomentar a criação de programas de juventude e meio ambiente nos níveis estadual e municipal” (BRASIL, 2013). Percebe-se a superficialidade destes objetivos, pois não basta criar programas voltados ao meio ambiente se estes não atenderem as reivindicações locais, se não possuírem o envolvimento da comunidade, pois, desta maneira, o discurso não sensibiliza, não conduzindo à transformação.

As linhas de ação apontadas pelo Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente são: 1) Educação ambiental, formação e produção do conhecimento; 2) Trabalho decente e sustentável para a juventude; 3) Direito da juventude ao território; e 4) Participação social da juventude nas políticas públicas para a sustentabilidade. A seguir, tecer-se-á uma breve abordagem sobre cada uma delas.

A primeira Linha de Ação (Educação Ambiental, formação e produção do conhecimento), segundo o Programa, estará fundamentada em Educação Ambiental como transformadora da sociedade. Nesse contexto,

a Educação Ambiental é uma das dimensões da educação caracterizada pela prática pedagógica intencional, que visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais; ao cuidado com a comunidade, à justiça e à equidade socioambiental; à proteção do meio ambiente natural e construído; e à promoção da responsabilidade cidadã por meio da reciprocidade das

relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Deve adotar abordagens que considerem a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando as concepções despolitizadas, acríticas, ingênuas e naturalistas ainda muito presentes na prática pedagógica das instituições de ensino formais e não-formais (BRASIL, 2013).

Percebe-se a preocupação socioambiental presente, que, se aplicada corretamente, pode contribuir com a transformação da sociedade e com a qualidade ambiental.

Segundo Lipai; Layrargues; Pedro (2007), o artigo 9º, da Lei de Educação Ambiental, reforça os níveis e modalidades da educação formal em que a Educação Ambiental deve estar presente, ressaltando a obrigatoriedade em todos os níveis e modalidades (existentes ou a serem criadas). Já artigo 13, da mesma lei, faz a abordagem no âmbito do ensino não formal, definindo-o como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (p. 28). Logo, a Educação Ambiental é um direito estabelecido por lei.

No âmbito da educação formal, a política aponta uma série de programas e eventos a serem realizados, bem como evidencia que o apoio aos “estudos e pesquisas em Educação Ambiental na perspectiva da juventude têm como principal objetivo produzir conhecimentos sobre os processos educativos e conhecimentos pedagógicos para a consolidação da dimensão ambiental na educação a partir da realidade, das visões e das experiências da juventude brasileira” (BRASIL, 2013).

Porém, será que esta juventude está realmente capacitada para tal discussão? Estas pesquisas serão realmente voltadas a uma reforma de pensamento e efetivarão mudanças ou apenas reafirmarão a realidade existente?

Nesta linha de raciocínio, Reigota (2008) menciona que as práticas sociais têm um nítido papel pedagógico que (re)colocam o compromisso político (não partidário), como eixo principal da Educação Ambiental, provocando e desestabilizando tanto o conformismo quanto a apatia. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer e a necessidade de buscar respostas a questões como:

Poderá a Educação Ambiental ter participação efetiva na reconstrução da cidadania?
Serão as próximas gerações de educadores/as ambientais capazes de redefinir,

através de suas práticas cotidianas, não só a cidadania, mas também e principalmente um comportamento político de autonomia dos cidadãos e cidadãs e dos movimentos sociais frente aos aparelhos ideológicos de Estado? Quem viver, verá (REIGOTA, 2008, p. 67).

Posteriormente, a redação do relatório final do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente aborda que a garantia “de direitos e participação da juventude deverá também estar assegurada na busca de alternativas que reduzam as pressões sobre o meio ambiente” (BRASIL, 2013), bem como deverá valorizar os povos e comunidades desenvolvendo ações de socialização de conhecimento junto às suas juventudes através dos diversos meios disponíveis, visando a subsidiar projetos e ações na perspectiva da sustentabilidade.

Além disso, aponta-se que será fomentada a produção de materiais de referência e didáticos destinados à Educação Ambiental. “A provisão de condições adequadas de ensino-aprendizagem inclui materiais didático-pedagógicos, recursos tecnológicos e outros meios auxiliares de ensino, que permitem avançar nas formulações teórico-metodológicas que visam à qualidade do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2013), bem como à educomunicação.

Neste contexto, acredita-se que tais materiais podem se tornar uma importante ferramenta para a construção do conhecimento. Porém, é importante destacar que devem ser utilizados como *meio* para introdução, produção, disseminação e/ou aprofundamento do conhecimento e não como *fim*, visto que o recurso por si só não contribui para a construção da cidadania nem para a aprendizagem do alunado. Desse modo, é fundamental o papel do professor como mediador do processo ensino-aprendizagem, para a real compreensão e o debate aprofundado, não meramente superficial, substanciado apenas por informações desconexas e descontextualizadas.

Segundo Rangel (2005), a qualidade de um recurso de ensino está relacionada à abrangência, à *significatividade*, à aproximação com os sujeitos etc. Ao pensar na quantidade e na variedade de materiais didáticos que o mercado é capaz de produzir, mesmo no caso do Brasil, em que as opções são em menor número, obrigatoriamente constatar-se-á a pobreza das escolas públicas, talvez não por ausência de materiais, mas muitas

vezes pelo não uso ou por serem inadequados ao papel que se propõem. A Educação Ambiental (e a educação em geral) não pode estar vinculada a recursos de ensino e a abordagens superficiais, pois isso não contribui para a constituição da cidadania do aluno.

A segunda linha de ação aborda o trabalho decente e sustentável para a juventude. Segundo o documento,

a juventude brasileira se esforça para conciliar trabalho e estudo. As dificuldades para sua concretização estão evidenciadas em função de vários fatores, como longas jornadas de trabalho e desigualdades sociais. É importante investir em políticas públicas e práticas que contribuam para a ampliação das chances de conciliação entre trabalho, estudos e vida familiar² (BRASIL, 2013).

Assim, a política propõe uma série de ações visando à inserção dos jovens no mercado de trabalho como: economia solidária; formação e capacitação no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos; uso adequado de *agrotóxicos*³; com a intenção de restringi-lo na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável; e atividades voltadas ao turismo ecológico e étnico.

Entretanto, não são explicitadas essas ações. Como será realizada a inserção dos jovens no mercado, cada vez mais competitivo, com qualidade de vida? Além disso, como garantir condições de trabalho decente e sustentável para a juventude no âmbito do Programa por meio da “convergência de políticas econômicas e socioambientais que buscam criar soluções de curto e médio prazo para a transformação dos modelos predatórios e exploratórios de produção e consumo, gerando relações socioambientais cada vez mais sustentáveis” (BRASIL, 2013)?

Será que o mero acesso ao trabalho transformará o jovem em um ser humano sustentável e comprometido com a vida, modificando significativamente a realidade? Será que é possível construir um mundo sustentável a curto e médio prazos, por meio da ação da juventude?

A terceira linha de ação aborda a relação juventude e território, apontando inúmeros desafios, como: a mobilidade, a habitação, o saneamento, a proteção do meio ambiente e a interação com as culturas locais. Deve-se “incentivar políticas públicas de mobilidade urbana que garantam o transporte público gratuito ou com preço reduzido para jovens estudantes do ensino técnico e universitário, visando ao acesso à cidade, ao estudo,

ao trabalho e ao lazer, bem como à participação da juventude na definição das políticas de mobilidade urbana e rural” (BRASIL, 2013).

É preciso planejar o espaço urbano e rural; todavia, como o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente pode contribuir com isso? As discussões podem promover a reivindicação dos jovens em busca de seu espaço, mas isso deve, imprescindivelmente, estar vinculado a uma educação de qualidade, na qual o indivíduo tem voz e é capaz de desenvolver um pensar crítico-reflexivo, para que não se torne um mero repetidor de discursos, sem saber o seu por quê.

Além disso, é preciso que “os espaços públicos (...) permitam à juventude exercitar sua cidadania” (BRASIL, 2013); cidadania esta esfacelada e extremamente frágil em inúmeros contextos.

Cidadania, como menciona Reigota (2008, p. 9) envolve

a dimensão política da subjetividade [que] se apresenta não como uma possibilidade de prática política diferenciada ou de referencial teórico de transgressão assimilada, dócil ao *status quo*, mas sim como um problema concreto, cotidiano, indisciplinado, pois indignado na sua origem, que se recusa e dispensa soluções fáceis e conciliadoras.

O Programa menciona, ainda, que deverá apoiar ações de democratização de acesso à terra e incentivar as políticas de reforma agrária para a juventude rural. O uso de energias renováveis tem conquistado cada vez mais protagonismo e adeptos no mundo e apoiará ações e atividades voltadas para a juventude na prevenção a desastres naturais.

Será que este “desenvolvimento sustentável” não está diretamente vinculado ao capital geral, sendo uma mera máscara para ampliar o consumo de produtos ditos “sustentáveis”? Será que estas atividades não estariam apenas tentando “pintar de verde” ações altamente degradantes ao ambiente?

O quarto eixo apresentado (participação social da juventude nas políticas públicas para a sustentabilidade) aponta que

o direito da juventude à participação não significa somente que esta deve eleger periodicamente aqueles que a representem, mas, principalmente, que deve intervir em espaços públicos, compartilhar informações, decisões e proposições, tornando-se um agente de transformação social com protagonismo nas políticas públicas e nas condições estruturais de mobilização da sociedade brasileira (BRASIL, 2013).

Isto é, a juventude deve exercer efetivamente sua cidadania. Porém, o que se percebe são

as migalhas esparsas da falência do desejo de cidadania, [que] se tornam possibilidades de análises sociais, políticas e pedagógicas microscópicas, de dimensão subjetiva e pessoal. Entre aqueles que sobreviveram e não se retiraram ao espaço confortável da tagarelice das justificativas injustificáveis, se observa um silêncio melancólico, reflexivo. As conversas cotidianas sobre política, antes longas e acaloradas, foram sendo substituídas pelo peso da desconversa. Paira no ar um sentimento de vergonha, tristeza e desolação entre aqueles e aquelas que tinham a política brasileira como um dos seus temas preferidos e mais constantes (REIGOTA, 2008, p. 11).

Portanto, ao abordar as questões vinculadas ao meio ambiente e à juventude, é fundamental pensar a tão frágil questão da cidadania. Além disso, é imprescindível abordar a questão educacional, pois todas as transformações pensadas e buscadas com o Programa perpassam obrigatoriamente por essas duas esferas. É preciso conduzir os jovens à transformação do pensamento, à abordagem complexa, para que eles efetivamente busquem seu espaço e construam (junto com as demais gerações, isto é, crianças, adultos e idosos) um mundo mais sustentável e justo, a médio e a longo prazos.

3. Considerações finais

O Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente mescla algumas visões (sócio)ambientais com outras meramente naturalistas da abordagem ambiental. Há pontos interessantes e, possivelmente, aplicáveis e capazes de contribuir para a Educação Ambiental, e outros bastante frágeis e confusos quanto aos referenciais teóricos adotados, isto é, objetivos contrastantes são enumerados sem que se faça a distinção entre eles, nem que se aponte o que realmente se entende por sustentabilidade.

Assim, o Programa tenta conciliar sociedade, natureza e economia. Todavia, em alguns momentos, acaba sobrepondo os interesses de uma esfera sobre a outra. Suas diretrizes⁴, apesar de bastante amplas e complexas, não são totalmente atingidas pela proposta, mas o debate constante, aprofundado e desvinculado de interesses pessoais e político-partidários

acerca delas pode contribuir para que a médio e longo prazos ocorra a *desacomodação* frente à crise vigente e à transformação da realidade.

Ressalta-se que é necessário que sua abordagem envolva as multidensões do ambiental, quais sejam: o social, o econômico, o cultural e o natural, e que as discussões não se concentrem em grupos restritos e de modo distante da realidade.

Certamente, não há receitas para a uma efetiva prática pedagógica para a Educação Ambiental, mas, sem a articulação sociedade-natureza, ela não poderá cumprir seu papel e, menos ainda, desenvolver a noção de pertencimento e a sensibilização nos diversos contextos e, por conseguinte, não desenvolverá a noção de cuidado com o ambiente. Assim, somente uma Educação Ambiental engajada e capaz de articular as noções de sociedade e de natureza pode contribuir significativamente para as transformações e para reverter a crise ético-ambiental.

Dessa maneira, a Educação Ambiental certamente contribui com a compreensão das possibilidades de resgate da ação coletiva em prol da justiça socioambiental, devendo estar pautada em uma abordagem interdisciplinar, capaz de questionar a relação do homem (sociedade) com o meio no qual está inserido, isto é, a partir do seu contexto, transformando a realidade e contribuindo para a construção de valores como solidariedade, ética e pensamento *glócal*.

Portanto, a partir das discussões teóricas sobre Educação Ambiental e frente à análise do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, acredita-se que ele pode contribuir parcialmente com a Educação Ambiental e para a transformação da sociedade. Falta-lhe, porém, aprofundar e ampliar as discussões teóricas que o embasam, bem como definir com mais objetividade e clareza os referenciais adotados, a fim de reduzir as ambiguidades e contradições presentes na sua redação.

Logo, como se apresenta não é capaz de conduzir a um pensamento crítico e à emancipação dos indivíduos, gerando a ruptura e a transformação da educação tradicional, pautada na memorização de conteúdos, para a compreensão complexa. Recomenda-se consolidar o constante debate com o objetivo de desconstruir as “verdades da sociedade de consumo” e reconstruir uma nova gama de conceitos que sustente as vozes das comunidades, assim como sua diversidade epistemológica.

Notas

- ¹ [Nota do tradutor] O tempo circular, o tempo cíclico... São, entre outros, formas de entender os tempos sociais que se perdem na imagem de uma flecha lançada por um arqueiro com um objetivo definido.
- ² "O trabalho decente é compreendido como uma condição fundamental para a superação das desigualdades sociais, a garantia de um país democrático e o desenvolvimento de uma nova relação entre sociedade e natureza" (BRASIL, 2013).
- ³ "É preciso promover condições dignas de trabalho no campo e de trabalho seguro no manuseio de agrotóxicos, com orientações para o jovem trabalhar *sem risco* para a saúde" (BRASIL, 2013). Contudo, como é possível o uso de agrotóxicos *sem riscos* para a saúde?
- ⁴ "Realizar a inclusão social para sociedade solidária com distribuição de renda; respeitar e reconhecer a diversidade como princípio da Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente; construção de sociedades sustentáveis; equidade geracional, gênero, raça, etnia, orientação sexual, orientação religiosa; relação cultura-sociedade-natureza; direitos humanos; mitigação e adaptação às mudanças climáticas; Sustentabilidade Socioambiental; e incentivo a práticas de consumo consciente e sustentável contra a cultura do desperdício" (BRASIL, 2013).

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores>. Acesso em maio de 2014.
- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão da terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CARVALHO, I. C. M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, 2007.
- GAUDIANO, E. G. **Educação Ambiental**. Lisboa: Stória Editores, 2005.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março 2003.
- JUNGES, J. R. **(Bio)Ética Ambiental**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2010.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. Educação ambiental está na lei. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, 2007.

MOREIRA, A. C. **Educação ambiental na escola**: o que fazer? São Miguel do Oeste: Mclee, 2002.

MORIN, E. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NAREDO, J. M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social**. 2. ed. Madrid: España editores, 2010.

NOVO, M. **El Desarrollo Sostenible. Su dimensión ambiental y educativa**. Madrid: McGraw Hill, 2007.

RANGEL, E. de O. Avaliar para melhor usar - avaliação e seleção de materiais e livros didáticos. In: BRASIL. **Materiais Didáticos**: escolha e uso. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

REIGOTA, M. A. dos S. Cidadania e educação ambiental. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, p. 61-69, 2008.

SALDANHA, L. de L. W. O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional. In: **IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – IX ANPED SUL**. Caxias, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

Recebido em: 28/09/2014

Aceito em: 07/11/2014